

# BOLSA FAMÍLIA INFORMA

Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – Senarc

Nº 490 • 27 de novembro de 2015

## Compromisso com a educação é um dos pilares do Bolsa Família

*Em agosto e setembro de 2015, 95,3% das crianças e dos jovens acompanhados cumpriram a frequência exigida*

Dos 17 milhões de estudantes beneficiários que o Programa Bolsa Família (PBF) monitora ao longo do ano, foram captadas, em agosto e setembro, as informações sobre a frequência escolar de 14,77 milhões, o que equivale a 86,7% de acompanhamento no bimestre. Desses, 95,3% cumpriram a frequência exigida.

Separando os resultados de cumprimento da condicionalidade de educação, verifica-se que, entre as crianças e os adolescentes de 6 a 15 anos, 95,9% tiveram a frequência mínima exigida e que, entre os jovens de 16 e 17 anos, esse percentual foi de 92,4%.

Dos 5.570 municípios brasileiros, 93,1% (5.187) obtiveram resultado igual ou acima de 75% de acompanhamento, e apenas 15 municípios ficaram com percentuais abaixo de 20%, mínimo necessário para o recebimento de recursos referentes ao Índice de Gestão Descentralizada (IGD). Vale lembrar que, a partir de 2016, aumentará o percentual mínimo de acompanhamento para que os recursos do IGD-M sejam repassados (veja quadro abaixo).

**Importante:** Com a [Portaria nº 81](#), de 25 de agosto de 2015, que trata das novas regras do cálculo do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), o novo percentual mínimo de acompanhamento das condicionalidades da saúde e da educação para o recebimento do IGD-M será de 30%. O resultado do próximo período de acompanhamento (outubro e novembro de 2015) já considerará a taxa mínima de 30% para o cálculo do IGD-M dos meses de fevereiro a abril de 2016. Para tirar dúvidas sobre as mudanças no cálculo do IGD, consulte os informes [nº 482](#) e [nº 483](#).

Confira os [percentuais de cumprimento da condicionalidade de educação](#) em todos os municípios.

### Desafios

O trabalho de acompanhamento da condicionalidade de educação tem desafios: para 1,53 milhão do público de 6 a 15 anos e 744 mil jovens de 16 e 17 anos, faltou a informação da escola em que estudam ou a informação da frequência. Isso demanda uma avaliação cuidadosa por todos os entes da Federação (União/estados/municípios).

É fundamental entender o fenômeno e atuar intersetorialmente para acompanhar o público, pois a ausência dessas informações pode manter invisíveis ao poder público situações de criança ou jovem fora da escola ou ser reflexo de outras dificuldades enfrentadas pelas famílias. Assim, a **identificação da informação da escola e do respectivo código INEP deve ser prioridade** dos profissionais que atuam na gestão das condicionalidades (PBF, educação, assistência social e saúde).

### Motivos de baixa frequência

Tendo o mês de setembro como referência, o número de registros de baixa frequência foi de 760 mil. Desses, em 526 mil casos houve consequências para a família (advertência, bloqueio, etc.) e, em 173 mil, não houve efeitos no benefício. Outros 61 mil, apesar do registro inicial de baixa frequência, se referiam a alunos que haviam concluído o ensino médio e a situações coletivas que impediram a escola de receber os alunos, como greves, por exemplo.

Descontados os 61 mil e aqueles em que o motivo da baixa frequência não foi informado, as razões mais comuns registradas para o descumprimento da condicionalidade são: tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno, desistência, desmotivação, transferência em andamento, entre outras. Há alguns motivos que foram pouco expressivos numericamente, mas demandam atenção, como fatos que impedem o acesso à

escola, falta de transporte, gravidez ou falecimento.

As coordenações estaduais e as gestões municipais devem consultar os dados detalhados do acompanhamento, referentes aos respectivos estados e municípios, no Sistema de Condicionalidades (Sicon). As informações sobre os motivos de baixa frequência, em especial, podem ser indicadores para que o poder público avalie a situação de uma família, de uma escola, de um território ou mesmo de uma parcela de sua população, buscando soluções que garantam o exercício do direito à educação.

Além disso, caso os motivos sinalizem situações de vulnerabilidade e de risco social, é importante que as gestões encaminhem as famílias para a área de assistência social.

#### **Formulários de cadastramento disponíveis na internet**

Os formulários do Cadastro Único são utilizados na coleta das informações das famílias, seja para a primeira inclusão na base de dados seja para a atualização cadastral. Há cinco tipos: Formulário Principal de Cadastramento; Formulário Avulso 1 – Identificação do Domicílio e da Família; Formulário Avulso 2 – Identificação da Pessoa; Formulário Suplementar 1 – Vinculação a Programas e Serviços; e Formulário Suplementar 2 – Pessoa em Situação de Rua.

Esses documentos devem ser solicitados via Sistema de Atendimento e Solicitação de Formulários (Sasf), disponível no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF). Em caso de dificuldades de acesso ao Sasf, o município pode enviar Ofício, pelo fax (61) 2030-3693, à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Por fim, em situações de urgência, as gestões podem imprimir os formulários diretamente da internet.

Mais informações e os *links* para os cinco arquivos de formulários estão disponíveis no endereço <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/a-gestao-do-cadastro/processo-de-cadastramento/formularios>.

#### **ANOTE NA AGENDA**

**30 de novembro** — Data-limite para os Conselhos de Assistência Social registrarem, no SuasWeb, as informações sobre a análise da prestação de contas dos municípios e/ou estados referente aos recursos do IGD 2014.

**30 de novembro** — Data-limite para realizar ações de administração de benefícios no Sibec, com efeito na Folha de Pagamentos de Dezembro de 2015.

**7 a 10 de dezembro** — 10ª Conferência Nacional de Assistência Social, que será realizada em Brasília-DF.

**18 de dezembro** — Prazo para as famílias dos dois lotes da Revisão Cadastral 2015 atualizarem as informações cadastrais.

**PARA MAIS INFORMAÇÕES**, entre em contato com a Central de Relacionamento do MDS, pelo endereço <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/contato> ou pelo telefone 0800 707 2003.